

UNIVERSIDADE FEEVALE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS
CURSO DE DESIGN

RENAN STEFFEN BAUERMANN

O DESIGN COMO ALTERNATIVA PARA PROMOVER MAIS COMPREENSÃO DA
HOMOSSEXUALIDADE E TRANSGENERIDADE NAS FAMÍLIAS

Anteprojeto de Conclusão de Curso

Novo Hamburgo

2017

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Título do Trabalho:

Como o Design pode ajudar as famílias a ter maior compreensão da Homossexualidade e Transgeneridade de Seus filhos LGBT

Área de Estudo:

Design Social – Filhos LGBT – Homossexualidade
Homofobia – Família - Gênero

Identificação do Aluno:

Nome: Renan Steffen Bauermann

Telefone: (51) 99918-3235 / (51) 3635-3197

Endereço eletrônico: renansbauermann@gmail.com

Identificação do orientador:

Prof. Marina Seibert Cezar

Endereço Eletrônico: marinac@feevale.br

Identificação do co-orientador:

Prof. Marshal Becon Lauzer

Endereço eletrônico: marshal@feevale.br

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Identidade de Gênero e Sexualidade.....	17
Figura 2 - <i>Pablo Vittar</i>	23
Figura 3 – O Problema do Design.....	29
Figura 4 – Metodologia de <i>Munari</i>	34

SUMÁRIO

1	TEMA	05
1.1	DELIMITAÇÃO DO TEMA	05
2	PROBLEMA	06
3	HIPÓTESES	07
4	OBJETIVOS	08
4.1	GERAL	08
4.2	ESPECÍFICOS	08
5	JUSTIFICATIVA	09
6	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
6.1	UM BREVE OLHAR HISTÓRICO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE E LUTA LGBT	10
6.2	A PLURALIDADE SEXUAL E ESTUDOS DE GÊNERO	14
6.3	DISCURSOS NORMATIZADORES, PRECONCEITO E VIOLÊNCIA	17
6.4	A FAMÍLIA, A SOCIEDADE E O JOVEM	25
6.5	A MISSÃO DO DESIGN SOCIAL	28
7	METODOLOGIA	31
8	CRONOGRAMA	35
	REFERÊNCIAS	36

1 TEMA

Diariamente em nossa sociedade contemporânea nos deparamos com a violência que atinge a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT) e toda a diversidade de minorias que a englobam. A falta de conhecimento e compreensão da diversidade sexual, reproduzida por discursos de ódio e agressões físicas, faz aumentar os índices de mortes por homofobia no Brasil e no mundo.

Nos dias atuais, o movimento LGBT tem lutado a muito custo e ganhado algumas causas, como recentemente, o direito ao casamento homossexual. Porém ainda enfrentam forte pressão da bancada evangélica, que dissemina o discurso de ódio e incita os seus fiéis a combater a “militância Homossexual”, discriminando e criminalizando a comunidade LGBT.

Diante de um cenário político social influenciado pelo conservadorismo, vemos casos em que a intolerância sexual se manifesta por meio da violência. O machismo ditado principalmente por instituições religiosas e líderes políticos conservadores acaba influenciando centenas de famílias e condenando os relacionamentos homoafetivos e a transexualidade. E é neste cenário que a Homofobia familiar ocorre, desestabilizando a compreensão do que foge a regra Heterossexual.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

O presente trabalho de conclusão de curso delimita-se a pesquisar sobre o fenômeno do machismo e da homofobia familiar, como isto implica na vida do jovem e como o design, através de ferramentas que lhe são próprias, pode auxiliar os pais e a sociedade a compreender a homossexualidade e transgeneridade de seus filhos.

2 PROBLEMA

O problema que se apresenta na presente pesquisa é como o Design pode ajudar as famílias a ter maior compreensão da homossexualidade e transgeneridade de seus filhos LGBT's?

3 HIPÓTESES DE ESTUDO

Na criação familiar é que o jovem aprende como se relacionar com o mundo externo. É através do ensino familiar que a criança tira sua primeira base moral para se relacionar com pessoas fora de seu círculo familiar. O problema ocorre quando a criança incorpora possíveis discursos homofóbicos e acaba levando isto para a escola que é também uma das maiores propulsoras de preconceitos. Os adultos passam a intolerância aos jovens que continuam a reproduzir os discursos de ódio. É onde ocorre o *bullying* nas escolas. O diferente, fora do padrão heteronormativo, passa a ser o alvo de repetidas agressões, sejam elas verbais ou físicas. Ao crescerem, muitos destes jovens se tornam propagadores de ódio e da violência reproduzindo a homofobia aprendida, na escola, na mídia, nas religiões e dispositivos normatizadores que compõem a sociedade. (LOURO, 2001).

O design sendo composto por uma abrangente interdisciplinariedade, possibilita o designer absorver os temas relacionados à pesquisa e compilá-los em uma proposta de projeto que cumpra com o objetivo. No presente caso, o estudo sobre a homofobia e o machismo nas famílias, bem como a influência na vida dos jovens LGBT é que irão nortear a proposta de projeto através de ferramentas de Design Social. Busca-se através dos estudos que serão realizados, confirmar a hipótese de que o design social pode nortear o desenvolvimento de uma ferramenta visual capaz de auxiliar na compreensão da homossexualidade e transgeneridade nas famílias.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa busca desenvolver uma ferramenta para auxiliar as famílias na compreensão da condição sexual de filhos LGBT através do Design Social bem como diminuir a homofobia que muitas vezes é praticada dentro de casa.

4.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

Os Objetivos Específicos desta pesquisa são **a)** Adquirir maior conhecimento acerca da diversidade sexual, **b)** Entender o machismo e como ele contribui para a homofobia na família, **c)** Ouvir os familiares e jovens através de questionário para analisar a relação entre família e jovem LGBT, **d)** Estudar Design Social e desenvolver uma ferramenta que auxilie a compreensão da homossexualidade e transgeneridade nas famílias.

5 JUSTIFICATIVA

A heteronormatividade é o que rege atualmente o controle da família sobre a sexualidade de seus membros. Na falta de conhecimento e uma visão limitada da sexualidade imposta pela sociedade de maioria heterossexual, a intolerância se manifesta através da homofobia. Isto também se deve a falta de compreensão do tema por parte das famílias, estudos sobre violência familiar contra LGBT's e ferramentas que possibilitam uma maior compreensão do tema de forma não excludente, englobando as diferentes formas de expressão sexual e de gênero.

Uma das maiores motivações para esta pesquisa foi o autor ter presenciado inúmeras situações de preconceito e agressões verbais com amigos e pessoas próximas que pertencem a comunidade LGBT. Estas violências de maioria verbal foram presenciadas em diferentes instituições: na escola, no grupo de escoteiros ao qual o autor foi jovem e chefe, no trabalho e na rua. Dos piores casos, ouviu relatos de amigos em que a família, por falta de conhecimento a respeito da homossexualidade, agredia seus filhos verbalmente. Em um dos casos relatados os pais renegam tão fortemente a condição sexual de seu filho, que isto os levou a expulsá-lo de casa. Diariamente, observam-se situações de injustiça e violência contra homossexuais e transsexuais. Basta assistir os noticiários na televisão, escutar a rádios, acessar canais de notícias online. O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBT's no mundo, ainda que em alguns países a condição de homossexual é considerada um crime passível de punição e morte. É necessário cada vez mais falar sobre o assunto. É necessário pesquisar e esclarecer as reais condições da comunidade LGBT, desconstruir padrões e desmentir discursos de ódio proferidos por alguns políticos e líderes religiosos, que muitas vezes impulsionam a homofobia e a violência contra estas pessoas.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa pede a busca por referencial teórico interdisciplinar em livros de psicologia, estudos sexuais, direito e sociologia, por ser um tema interdisciplinar. Nos capítulos deste trabalho de conclusão será abordado um breve olhar histórico a respeito da homossexualidade, os conceitos de diversidade sexual e de gênero, o machismo, a homofobia e violência, a família, o jovem e um questionário com o público LGBT para compreensão do problema. Sobre a perspectiva do Design, busca-se o referencial nos métodos projetuais, design social, na semiótica e Design para comunicação.

6.1 UM BREVE OLHAR HISTÓRICO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE E DIREITO CIVIL

Acredita-se que a homossexualidade sempre existiu, durante os tempos em toda e qualquer cultura e civilização (GAUDERER, 1996). Em diferentes culturas, a visão sobre ela se modifica, em algumas é valorizada em outras, discriminada, considerada crime, pecado, ou mesmo considerada algo comum.

As tribos das ilhas de Nova Guiné, Fiji e Salomão, no oceano Pacífico, cerca de 10 mil anos atrás já praticavam algumas formas de homossexualidade ritual. Eles acreditavam que o conhecimento sagrado somente era transmitido através da relação entre pessoas do mesmo sexo. Na antiga Mesopotâmia, por volta de 1750 a. C., havia um dos mais importantes e antigos conjuntos de leis do mundo, elaborado pelo imperador Hammurabi. Neste conjunto de leis, haviam privilégios que eram dados às prostitutas e prostitutos que frequentavam cultos religiosos. Eles eram considerados sagrados e tinham relações sexuais com homens devotos dentro dos templos da Mesopotâmia, Egito, Fenícia, Sicília e Índia. Há mais de 3 mil anos, as leis Hititas herdaram os princípios do código de Hammurabi, e reconheciam a união de pessoas do mesmo sexo (RODRIGUES; LIMA, 2017)

Na Grécia Clássica, a homossexualidade era não somente uma regra de comportamento sexual, como ainda era altamente valorizada, reconhecida e incentivada como um ideal estético. Durante a puberdade, a entrega completa do rapaz aos cuidados de seu tutor era uma honraria e um sinal de uma aprendizagem

completa e perfeita, no entanto na sua fase adulta a homossexualidade era severamente repudiada e punida (ZIMMERMANN, 1998).

A homossexualidade fazia parte da cultura de boa parte dos povos antigos. Em mitologias como a Grega, Romana, Hindu ou babilônias, por exemplo, a homossexualidade era representada através de suas crenças. Muitos deuses não tinham sexo definido. Alguns, como o conhecido hindu Ganesh, teriam nascido da relação entre duas divindades femininas. O sexo não era apenas considerado uma prática com finalidade reprodutiva, mas também fazia parte de suas crenças. Porém isto começou a mudar através do advento do Cristianismo (RODRIGUES; LIMA, 2017).

Segundo Foucault (1988), até o final do século XVIII, os três grandes códigos que regiam as práticas sexuais eram o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Estes, fixavam cada qual a sua maneira a linha divisória entre o lícito e o ilícito. Nos tribunais podiam-se condenar tanto a homossexualidade quanto a infidelidade, o casamento sem consentimento dos pais e a bestialidade.

Na ordem civil como na religiosa o que se levava em conta era um ilegalismo global. O “contra-a-natureza” era marcado por uma abominação particular. Mas era percebido apenas como uma forma extrema do “contra-a-lei”; também infringia decretos tão sagrados como o casamento e estabelecidos para reger a ordem das coisas e dos seres. As proibições relativas ao sexo eram, fundamentalmente de natureza jurídica. A “natureza em que às vezes se apoiavam era ainda uma espécie de direito. (FOUCAULT, 1988 p.39)

Foucault (1988), ainda comenta que nesse sistema centrado na aliança legítima, a explosão discursiva dos séculos XVIII e XIX provocou modificações na sociedade. Em primeiro lugar, um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual e até hoje no campo das práticas e dos prazeres continua sendo apontada como sua regra interna. Por muito tempo a homossexualidade foi considerada como um desvio de conduta sexual, patologia ou mesmo perversidade, nos campos da medicina (FOUCAULT, 1988).

O movimento homossexual, nasceu no final da década de 1940 em Amsterdan, quando a primeira organização destinada a desconstruir a imagem negativa da homossexualidade, o Center for Culture and Recreation – COC, foi criado pelo grupo que editava uma publicação mensal sobre a homossexualidade, o Levenschet – podendo ser traduzido como “Direito de Viver”. O grupo investia seus

esforços no estímulo de ocasiões de sociabilidade e no trabalho junto a autoridades locais para promover a tolerância para com homossexuais (FACCHINI, 2016).

Na década de 1950, também nascia o Mattachine Society, um grupo clandestino, cujas lideranças eram articuladores da esquerda socialista norte-americana. Também promoviam encontros e debates a respeito da homossexualidade e ocasionalmente traziam médicos e psiquiatras aos encontros para palestrarem, nos espaços de sociabilidade que buscavam construir. Ligados ao Mattachine Society, nascia em 1950 o grupo Daughter of Bilitis, direcionados às lésbicas. Nas décadas seguintes, 1960 e 1970, o movimento tinha crescente visibilidade e radicalização e seu discurso central era a autoafirmação e liberdade, a exemplo o grupo Society of Individual Rights – organização homossexual de São Francisco - que aos poucos tomou grande parte do espaço Mattachine Society. Em Nova York, no dia 28 de junho de 1969, no bar Stonewall, houve uma revolta e confronto aberto de seus freqüentadores homossexuais contra os policiais que frequentemente os abordavam. Este dia foi um marco internacional do movimento homossexual e ficou conhecido como o “Dia do Orgulho Gay”. Além do movimento homossexual, também partilhavam do mesmo espírito de rebeldia e liberação o movimento feminista, negro e estudantil. Estes movimentos quebravam com a divisão bem estabelecida entre a esfera pessoal e política (FACCHINI, 2016).

Em 1978, Gilbert Baker, um artista baseado em São Francisco, criou a bandeira arco-íris, inicialmente em 8 cores para celebração do 25 de junho, dia da liberdade gay nos Estados Unidos. Baker explicou que sua ideia era promover a ideia de diversidade e inclusão, usando "algo da natureza para representar que nossa sexualidade é um direito humano". As oito cores da Bandeira eram inicialmente oito e cada uma tinha o seu significado. Rosa representava a sexualidade, vermelho a vida, laranja a cura, amarelo a luz do sol, verde a natureza, azul turquesa a arte, azul anil harmonia e violeta o espírito humano. Baker era amigo de Harvey Milk, o primeiro parlamentar abertamente homossexual, que conheceu após sair do exército, quando fazia cartazes anti-guerra e a favor dos Direitos dos Homossexuais. Após dificuldades da época em encontrar tecidos rosa para fabricação da bandeira arco-íris, esta cor e a azul turquesa deixaram de fazer parte da bandeira. Em 1990, ela já era reconhecida mundialmente como símbolo da luta do movimento LGBT (BBC, 2017).

No Brasil, a passagem da década de 1960 para 1970 era marcada pelo início da ditadura militar brasileira, surgia no mesmo período um movimento estudantil que logo fora reprimido. Grupos clandestinos de esquerda combatiam a ditadura. A partir da segunda metade da década de 70 começavam a ganhar visibilidade grupos manifestantes como o movimento negro, feminista e homossexual (FACCHINI, 2016). O Movimento Homossexual, começou em 1978, organizando-se através do grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo – SOMOS que lutavam por novas formas de representação da homossexualidade, contrapondo as conotações de doença, pecado, degeneração e sem-vergonhice. No mesmo período surgiu o jornal O Lampião, cujo enfoque era social e político a cerca da homossexualidade e temas afins, bem como dos movimentos de minorias como os feministas e negros (SIMÕES; FACHINI, 2009).

Para a antropóloga Regina Facchini (2009), o movimento político em torno da homossexualidade no Brasil, pode ser dividido historicamente em três grandes fases relacionadas a mudanças sociais que moldaram a sua forma de organização e atuação. A primeira delas refere-se ao período de 1978 em diante, onde regime militar estava chegando ao fim e surgiam os primeiros grupos homossexuais, como o SOMOS. A segunda onda compreendia o período da redemocratização na década de 1980 e a movimentação em torno da assembléia constituinte. No mesmo período houve o surgimento da epidemia de HIV-Aids, quando as condições de institucionalização do movimento se desenharam. E por fim a terceira onda, de início nos anos 1990, em que a parceria preparada com o estado no período anterior, se firma e impulsiona a multiplicação de grupos ativistas e promovendo a diversificação de sujeitos do movimento na atual designação LGBT, a formação de grandes e atuais redes regionais e nacionais e a consagração das Paradas de orgulho LGBT assim como o crescimento do mercado segmentado voltado a homossexualidade. Esta terceira onda estende-se até os dias atuais onde a luta do movimento LGBT, busca o reconhecimento de seus direitos civis na Constituição Brasileira (SIMÕES; FACHINI, 2009).

As manifestações ao longo dos anos no Brasil e no mundo trouxeram questionamentos e reavaliação de conceitos que antes eram tidos como verdade. Na década de 90, a Organização Mundial da Saúde – OMS, definiu que “a homossexualidade não deve ser considerada como doença e pode ser definida como uma variação natural da sexualidade humana” (JUSBRASIL, 2016).

No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia passa a retirar a homossexualidade do rol de doenças mentais e patologias, através da Resolução 001/99 do dia 22 de março de 1999. O documento, orienta os profissionais da área a não usar a mídia para reforçar preconceitos contra os homossexuais nem propor tratamento para curá-los. A homossexualidade deixou de constar no rol de doenças mentais classificadas pela Organização Mundial da Saúde há mais de 20 anos, no entanto, ainda há pessoas que insistem em tratá-la como patologia e propõem formas de cura, como veremos mais adiante (CFP, 2012).

Muitas foram as conquistas adquiridas ao longo dos anos no campo dos direitos civis, entre eles, o direito a inclusão de parceiro homossexual no plano de saúde em 1996, benefícios previdenciários estendidos para casais homossexuais estáveis no ano de 2000, jurisprudências favoráveis a adoção de crianças por casais homoafetivos conquistadas em 2006. Em 2008, em Brasília, houve uma conferência inédita LGBT, com o objetivo de elaborar as propostas para o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT. Seu processo de construção foi coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, e teve início a partir de um decreto assinado pelo presidente em 28 de novembro de 2007. Em plenária final, 559 propostas que giravam em torno de dez eixos temáticos – Direitos Humanos, Saúde, Educação, Justiça, Segurança Pública, Cultura, Trabalho e Emprego, Previdência social, Turismo, Cidades, Comunicação – foram aprovadas em maio de 2008 (SIMÕES; FACHINI, 2009). Hoje, o movimento LGBT, luta pela criminalização da homofobia, contra todo o tipo de discriminação e violência que vem crescendo ao longo dos anos, o direito ao casamento igualitário e principalmente o respeito da sociedade.

6.2 A PLURALIDADE SEXUAL E ESTUDOS DE GÊNERO

Primeiramente, precisamos compreender o universo da diversidade sexual, como por exemplo, a forma como esta se apresenta. A denominação LGBT aqui usada segue a fórmula aprovada pela I Conferência Nacional LGBT, referindo-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (Travestis, Transexuais e Transgêneros). Eventualmente assume outras variantes que invertem a ordem das letras, duplicam o “T” ou acrescentam novas letras que remetam a identidades

(como o “I” de Intersexual ou “Q” de *Queer*). Trata-se de ressaltar, por ora, que a presente denominação, como mostra sua trajetória recente, é aberta e sujeita a mudanças, como são as próprias identidades (SIMÕES; FACHINI, 2009).

Para Gauderer (1996) ser humano na realidade é muito mais polivalente do que somente homem e mulher. Há uma ampla e diversificada graduação sexual em todos os papéis que assumimos na vida. Estima-se que a homossexualidade ocorre em 10% dos homens e 5% das mulheres do mundo e a visão sobre esta questão tem variado no tempo e em diversas culturas.

Segundo Louro (2007), há muitas formas de fazer-se mulher ou homem, várias possibilidades de viver prazeres e desejos, estes que são anunciados, sugeridos e promovidos socialmente. Ainda que, renovadamente sejam reguladas, condenadas ou negadas. Os debates referentes a identidades sexuais e de gênero se torna cada vez mais acalorado, principalmente a partir dos anos 60, provocado por movimentos feministas e LGBT. Novas identidades sociais começam a ganhar cada vez mais visibilidade em seu processo de afirmação e diferenciação, passando a compor a política de identidades.

Para muitos, a sexualidade é algo que homens e mulheres possuem “naturalmente” e esta concepção se ancora na suposição de que todos nós vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. Porém, podemos entender que a sexualidade compreende uma série de processos profundamente culturais e plurais que a compõem. Os próprios conceitos de Homem e Mulher ao longo dos anos passaram a ser questionados através dos movimentos sociais e dos estudos de gênero que visam a compreensão das diferentes possibilidades do ser, diante de uma pluralidade de identidades e sexualidades que, através do indivíduo, reivindicam o reconhecimento de sua existência (LOURO, 2007).

O sexo das pessoas é, quase sempre, masculino ou feminino, pois é definido no nascimento com base na genitália. Mas pode ser intersexual, por exemplo, que é quando há um distúrbio do desenvolvimento sexual (DDS), uma configuração reprodutiva, genética, hormonal ou genital que forma um corpo que não pode ser caracterizado facilmente como macho ou fêmea. Ocorre que o intersexual possui características genéticas de ambos os sexos e por vezes a formação de parte dos genitais femininos e parte masculino. Já o gênero abrange aspectos como identidade e expressão de gênero, mas não orientação sexual. O gênero se refere a auto-percepção do sujeito, é um processo interno e profundo de

reconhecimento si. Uma pessoa cis-gênero é alguém cuja identidade de gênero coincide com o seu sexo biológico que lhe foi atribuído ao nascer. Uma pessoa transgênero apresenta discordância entre o funcionamento de sua mente e as características anatômicas de seu corpo. A expressão de gênero, é a apresentação externa do indivíduo, a forma com a qual ele demonstra o seu gênero através de roupas, acessórios, inflexão verbal, linguagem corporal. A expressão costuma ser caracterizada como masculina, feminina ou andrógina e pode ser congruente ou não com a identidade de gênero da pessoa. A orientação sexual caracteriza a atração do sujeito. Se refere ao desejo pelo sexo oposto, mesmo sexo, ambos os sexos ou até sem referência ao sexo ou gênero, como os pansexuais. Há ainda as pessoas que não sentem atração sexual nenhuma e podem se identificar como assexuadas. (National Geographic, 2017)

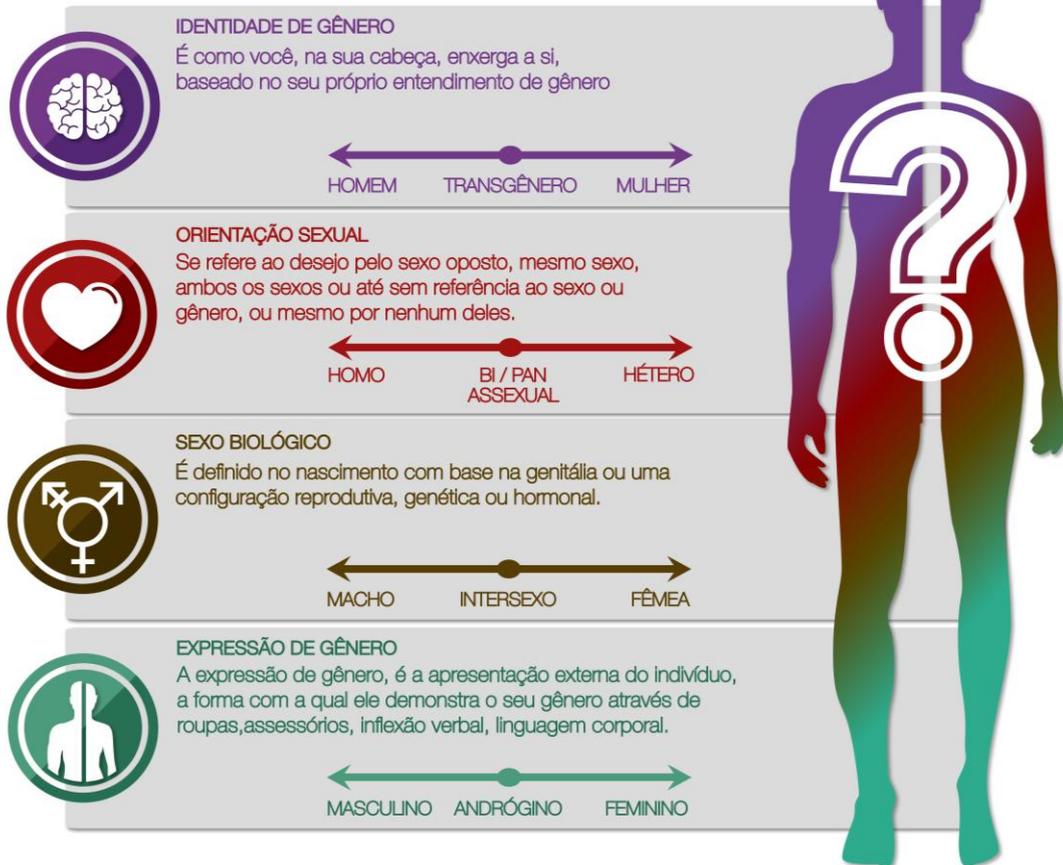
Pessoas transgênero ou trans podem identificar-se como homem, mulher, trans-homem, trans-mulher, como pessoa não-binária ou com outros termos, tais como *hijra*, terceiro gênero, dois-espíritos, travesti, *fa'afafine*, gênero *queer*, *transpinoy*, *muxe*, *waria* e *meti*. Identidade de gênero é diferente de orientação sexual. Pessoas trans podem ter qualquer orientação sexual, incluindo heterossexual, homossexual, bissexual e assexual (ONU, 2017). Para entender melhor esta questão, pensemos em um sujeito que lhe foi designado como sexo biológico masculino por decorrência de sua genitália. Este sujeito identifica-se com o gênero de nascença, ou seja, trata-se então, de um homem cis-gênero heterossexual.

Um outro exemplo é alguém também nascido com o sexo biológico masculino, porém este identifica-se muito mais com o que é convencionado ao universo feminino. Logo, a sua mente funciona como se fosse uma mulher: o gênero oposto à sua anatomia física, o que o caracteriza como uma mulher transgênero, já que o seu gênero está relacionado diretamente à percepção de si. Neste caso, utilizamos o pronome feminino para referir-se a este sujeito, se assim desejar.

Um terceiro caso seria uma mulher transexual. A sua orientação sexual será baseada no gênero ao qual ela se identifica, no caso feminino, somado ao desejo sexual. Se a atração sexual for por pessoas do sexo feminino, então ela será mulher transgênero-homossexual. Caso sua atração seja pelo sexo oposto ao do seu gênero, ela é considerado uma mulher transgênero-heterossexual (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2017).

FIGURA 1 – IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE

IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE



Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)¹

Como observamos na Figura 1, existe uma diversidade de identidades em nossa sociedade, ainda que uma grande maioria seja composta por pessoas cis-gênero heterossexuais. Como veremos a seguir, estas diferenças, que fogem a norma da sociedade, são frequentemente julgadas e o preconceito toma forma.

6.3 DISCURSOS NORMATIZADORES, PRECONCEITO E VIOLÊNCIA

O preconceito, parte principalmente de discursos normatizadores, onde até o final do século XVIII eram meios de controle da sociedade onde o lícito e o ilícito

¹ Inspirado na ilustração “The genderbread person”. Disponível em <<http://itspronouncedmetrosexual.com/2012/01/the-genderbread-person/#sthash.eLyNunFp.dpbs>>

eram definidos e julgados (FOUCAULT, 1988). Na própria história, como vimos anteriormente, os atos homossexuais eram considerados ilícitos, e em algumas culturas e diferentes épocas, homossexuais eram inclusive mortos acusados do “crime” da sodomia e perversidade. Infelizmente ainda existem culturas em que a homoafetividade é considerada crime e desonra familiar.

Em abril de 2017, segundo divulgado por um jornal russo de oposição ao governo, o “Novaya Gazeta”, a Polícia Republicana da Rússia na Chechênia teria detido mais de cem homens por suspeita de homossexualidade. O jornal recebeu relatos de desaparecimentos e tortura de civis, campos de concentração destinados a tortura a LGBT e a confirmação de pelo menos 3 mortos. Em nota o porta-voz do presidente da Chechênia Ramzam Kadyrov, Alvi Karimov disse que os relatos de detenções eram mentiras e homossexuais não existiam na república: "Se tais pessoas existissem na Chechênia, a lei não teria que se preocupar com elas, já que seus parentes teriam os enviado a um lugar de onde nunca voltariam", diz a nota. O Islamismo é a religião na Chechênia, os “crimes em defesa da honra”, onde o infrator é morto pela própria família, são comuns assim como a perseguição de civis por conta da sua orientação sexual. (G1, 2017).

Hoje em dia, ainda que muitos avanços em relação aos direitos dos LGBT's tenham sido adquiridos, a sociedade ainda mantém resquícios de um passado violento, onde a homossexualidade foi considerada de pecado até patologia.

As escolas são preparadas a lidar apenas com dois conceitos de gênero, o feminino e masculino, e um conceito de sexualidade, a heterossexualidade. Estes conceitos foram consolidados na sociedade através da religião cristã e disseminada através das famílias e escolas por muitos anos, a fim de controlar a sexualidade de seus jovens, para criar cidadãos decentes e morais. O sexo era tratado como um algo privado, que só poderia ser compartilhado com poucas pessoas, este assunto costumava estar sobre constante vigília. Nas instituições de ensino ficavam claros os papéis masculino e feminino. Os rapazes eram criados com rigidez e disciplina, eram incentivados a falar firme e serem fortes. As amizades entre homem eram estimuladas, porém determinava-se um limite de camaradagem de forma cautelosa visando manter as atitudes de um “macho”. As moças eram instruídas a serem educadas e dóceis, tinham em mente que seu papel seria casar e ter filhos com base nos modelos que eram representados através de seus professores. (LOURO, 2007).

Para Louro (2007), é no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sejam elas, de gênero, sexuais, de raça, de classe etc. costumamos deduzir uma identidade de gênero, sexual ou étnica, de “marcas” biológicas. Porém na maioria das vezes podemos estar equivocados, pois os desejos não necessariamente condizem com a aparência física do sujeito. Buscamos a identificar as várias “marcas” presentes no corpo, tais como aromas, roupas, adornos, exercícios, formas de se expressar, gestos, etc. Somos treinados a identificar e decodificar estas marcas e assim classificar os sujeitos pela forma como se apresentam corporalmente. O reconhecimento do “outro”, que compartilha ou não dos atributos que possuímos, é feito a partir da posição social que nos encontramos. A própria sociedade se encarrega de delimitar as fronteiras entre os que seguem a norma e os que ficam fora dela, às margens.

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que serão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo” e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual. (LOURO, 2007, p.9)

Ao classificar os sujeitos, a sociedade estabelece as divisões, atribuindo limites e rótulos com a finalidade de fixar identidades. Ela define e separa de forma a distinguir e discriminar de forma sutil ou violenta. Alguns grupos sociais utilizam a representação para forjar identidades próprias e de outros grupos sociais e através do poder reforçam os significados da sua identidade. Muitas vezes estes grupos ganham tanta visibilidade e força que suas representações passam a ser tomadas como verdades. A exemplo da bancada evangélica que atua tanto na sua própria instituição, como procura impor a sua verdade a outros grupos sociais e minorias, influenciando inclusive na política, atenta Louro (2007).

Grande parte dos grupos evangélicos preferem professar a sua fé sem interferências na política. Porém, dentre eles há alguns radicais, principalmente grupos evangélicos pentecostais, que procuram impor a sociedade a sua fé. A batalha destes grupos radicais evangélicos também extrapolou o altar e chegou com força bruta à política. Em Brasília, deputados evangélicos bloqueiam qualquer

proposta que vá contra as suas crenças religiosas. Eles rezam o pai-nosso no Congresso e propõem projetos para criminalizar críticas à sua religião.

Os evangélicos estão na política brasileira desde meados do século 20. Mas foi só a partir de 1986 que eles ganharam alguma força. Naquele ano, os parlamentares que fariam a primeira Constituição pós-ditadura foram eleitos. Um impulso para a organização dos evangélicos foi o boato, numa era pré-redes sociais, de que a Constituição faria do Brasil um país oficialmente católico. Os evangélicos costumavam dizer que “crente não se mete em política”. O receio de ter sua religião virtualmente banida fez com que eles trocassem essa ideia pelo conceito de que “irmão vota em irmão”. E tomaram gosto pela coisa. Em 1986, foram eleitos 32 deputados federais evangélicos. Hoje, o Congresso tem 78 parlamentares que professam essa fé. Quase um em cada seis deputados é evangélico, incluindo o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Essa bancada gravita em torno da Frente Parlamentar Evangélica, criada em 2003 e que hoje conta com uma das estruturas políticas mais eficientes do País. Cada membro cede um assessor parlamentar à frente, de tal forma que eles conseguem acompanhar cada movimento no Congresso. Mais recentemente, essa organização ganhou uma bandeira unificada. Agora, além da organização, eles têm uma agenda forte em comum: a defesa da família tradicional. Um estudo do teólogo Jung Mo Sung, da Universidade Metodista de São Paulo, mostra que essa agenda é muito importante para a nova classe média evangélica. Temas como aborto e legalização da maconha seriam ofensas diretas a Deus – mesmo que a Bíblia tenha mais citações contra a manipulação da fé do que contra a homossexualidade. (SUPERINTESSANTE, 2017)

Como pode ser observado nas diferentes mídias e literaturas geradas ao longo dos anos por seguidores das religiões Judaico-Cristãs, a homossexualidade é uma abominação que desvia da norma do casamento natural, que é firmado exclusivamente por homem e mulher, e do princípio primordial do casamento: a potencialidade da reprodução. Estas literaturas que incumbem o cidadão cristão a vigiar a sua conduta e a do próximo para manter a “moralidade sexual”, caracterizam a prática homossexual como imoralidade e procuram “salvar” a sociedade e os próprios homossexuais do pecado, estabelecendo a união matrimonial entre homem e mulher como a única possibilidade aceita perante as escrituras. (DEYOUNG, 2015).

A repreensão da Sociedade, com base nestas ideologias religiosas e convenções do comportamento heterossexual, vigia todos os membros que a compõe, buscando identificar e rotular aqueles que se encontram fora da norma. Para Gauderer (1996), o homossexual, em nossa cultura, está sujeito a pressões das mais diversas, que o tornam mais vulnerável a problemas emocionais. Estes, porém, precisam ser separados de sua sexualidade.

Na política, muitos grupos conservadores atuam através de discursos de ódio para frear os avanços de leis que promovam o reconhecimento da comunidade LGBT no código civil. Algumas delas criam termos próprios para definir os desviantes da norma e contestar o discurso dos defensores dos direitos humanos. Como nos diz a psicóloga, Jimena Furlani sobre o termo ideologia de gênero:

A Ideologia de Gênero é uma narrativa que surge no interior da Igreja Católica e do movimento Internacional e Nacional Pró-Vida e Pró-Família, com o objetivo de frear, de interromper e se possível retroceder as mudanças sociais e políticas decorrentes, no mundo, do uso do conceito de gênero, especialmente, nas políticas da educação, saúde, legislação e direitos humanos. (FURLANI, 2016)²

Ainda para Furlani (2016), este termo ideologias de gênero apareceu para combater os estudos-de-gênero. Estes movimentos e instituições contrárias a diversidade acreditam que os estudos de gênero fazem parte de um grande plano arquitetado por países da ONU e União Européia, ligados a ideais marxistas e de discursos de esquerda, que pretendem instaurar políticas anti-vida e anti-família.

Os grupos mais radicais de evangélicos se infiltraram na política e seu discurso ganha tanta força entre os fiéis que estes acreditam que a sua religião deve ser superior ao código civil e defendem que o estado não tem poder, por exemplo para definir o que é o casamento, afirmando com base religiosa nos escritos bíblicos que o matrimônio é uma instituição fundada por Deus para unir homem e mulher com a finalidade da reprodução. Podemos ver alguns destes discursos em inúmeros vídeos no site Youtube.com, que reforçam estes discursos. Como Yago Martins (2015), do canal “Dois dedos de teologia” fala em um debate:

² Disponível em: < Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=5ro1O10l0v8>>. Acesso em 22 abr. 2017.

O casamento gay não existe. Absolutamente, não existe. E não importa o que o governo tente fazer para dizer que existe. Ele não tem autonomia para gerenciar, para decidir o que casamento é ou não é. Porque antes de tudo o matrimônio é uma estrutura que vem da ordem da criação. Ele vem da ordem natural das coisas. O governo, o estado, ele não inventou o casamento. Ele não definiu o casamento. Ele só reconheceu o casamento. Porque a família é anterior ao estado. Ela é anterior ao governo. Antes de existir governo, existia família. O que acontece é que há uma tentativa de dar um passo para trás, de agigantar o estado, e fazer o estado poder definir o que na verdade é anterior a ele (MARTINS, 2015)³.

Também podemos verificar a tentativa de imposição dos discursos conservadores, em que a homossexualidade volta a ser tratada como doença, através de projetos de alguns políticos como o deputado e Pastor Marco Feliciano. Em 2013, na condição de presidente da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara, Feliciano levou a pauta um Projeto de Decreto Legislativo – PDC, do Deputado João Campos, que dava permissão a profissionais de psicologia a tratarem a homossexualidade como doença em suas clínicas. O Projeto ia contra a resolução 001/99 do Conselho Federal de Psicologia – CFP, que como vimos anteriormente, excluía a homossexualidade do rol de doenças e problemas mentais e impedia os profissionais de contribuir com mídias preconceituosas e propor tratamentos para cura de homossexuais. O Próprio CFP, foi contra o projeto que fora apelidado de “Cura Gay” e depois de forte oposição do conselho e de grande parte da sociedade, o projeto considerado de caráter homofóbico, foi retirado pelo próprio autor (JUSBRASIL, 2016).

Na mídia, aparecem cada vez mais grupos e empresas a apoiar a causa LGBT, através de campanhas e publicidade com representatividade. Ainda que muitas vezes o afeto seja representado de forma sutil, já se torna motivo de revolta e tentativas de boicote por parte de grupos intolerantes e extremistas. No ano de 2015 a marca O Boticário lançou o perfume Egeo⁴ em uma campanha de dia dos namorados em que casais heterossexuais e homoafetivos se abraçavam. A propaganda recebeu muitos elogios, mas também despertou críticas e ameaças de boicote. O Pastor Evangélico Silas Malafaia, da Assembléia de Deus, Publicou um vídeo⁵ em seu canal do site Youtube (2015) em oposição a propaganda. No vídeo o pastor afirma que o “homossexualismo” era um comportamento e não condição e que ele teria total direito de expressar sua opinião contrária a propaganda assim

³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MPbUO2cY1B0>>. Acesso em 25 abr. 2017.

⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hAILEv4GYj4>>. Acesso em 9 mai. 2017.

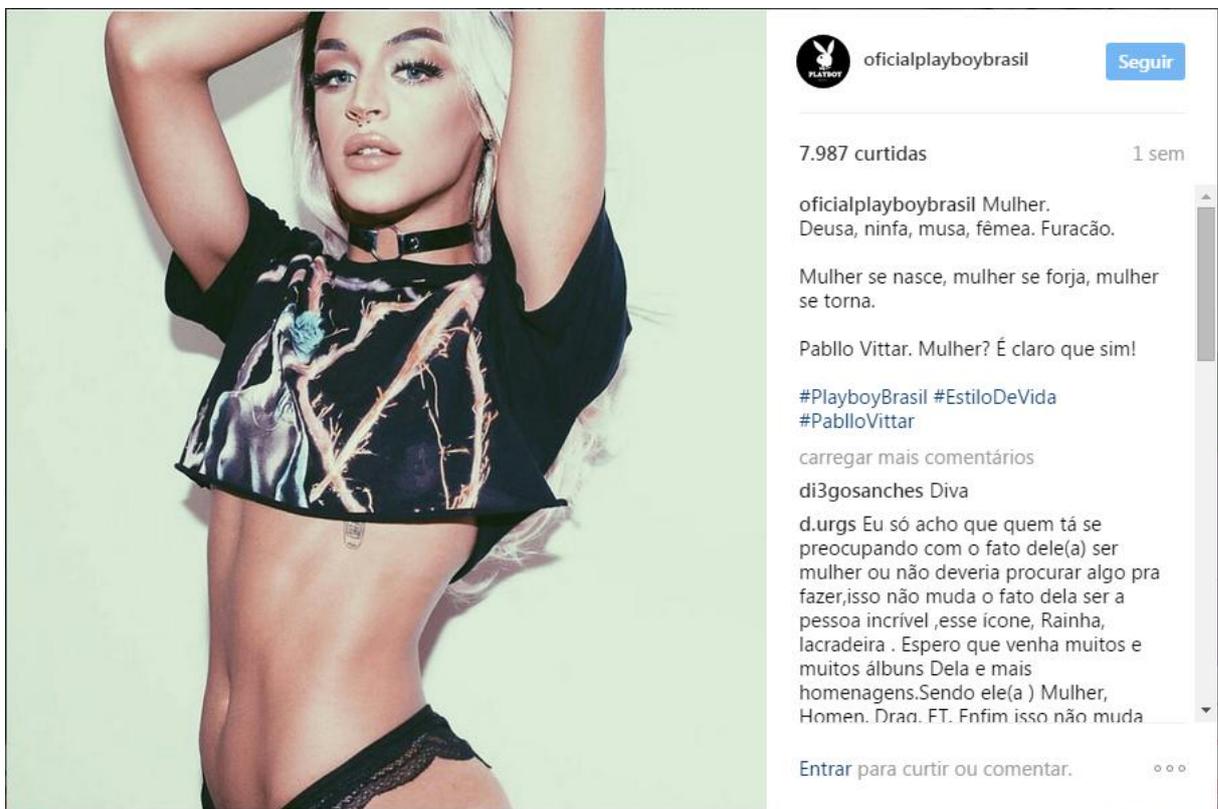
⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Hzyt52Y59hM>>. Acesso em 9 mai 2017.

como também as pessoas teriam o direito de criticá-lo. Além disso ele ainda convida as “pessoas de bem” que prezam pela “família milenar” a boicotar a marca O Boticário e tantas outras que fazem a “promoção do homossexualismo” querendo ensinar crianças e jovens a serem homossexuais e por fim termina dizendo: “Que Deus abençoe a sua família.”

Estes discursos normatizadores e de ódio, como podemos ver partem de uma série de instituições ao longo da história. Todas elas utilizam os mesmos discursos baseados na fé cristã e no moralismo afetam negativamente a sociedade, principalmente dando força a um discurso homofóbico e machista, que se manifesta através da violência contra a comunidade LGBT.

Recentemente, a *Drag Queen* Pablo Vittar, cantora famosa pelos sucessos “Todo Dia” e “K.O.”, teve uma foto sensual sua publicada pelo Instagram da Revista *Playboy* com a seguinte legenda: “Deusa, ninfa, musa, fêmea. Furacão. Mulher se nasce, mulher se forja, mulher se torna. Pablo Vittar. Mulher? É claro que sim!”.

FIGURA 2 – PABLO VITTAR



Fonte: Reprodução do Instagram @oficialplayboybrasil

A publicação fez aflorar a transfobia de alguns dos seus seguidores: “É mulher porra nenhuma”, escreveu um deles. “Biologicamente não...”, disse outro. “N entendi porque colocaram ele na @oficialplayboybrasil ... os consumidores dessa revista são heterossexuais ... vocês só querem problematizar #soacho ps: você pode ser o que você quiser, contanto que respeite o espaço do outro, quem paga esse tipo de revista deve ter o conteúdo que pagou!”, afirmou mais um. A Playboy, no entanto, respondeu contra os comentários transfóbicos: “Se quiser, será SIM. Ninguém (e isso inclui você) tem o poder de impedir a vontade e a liberdade dos outros serem o que desejarem ser”. Outra resposta da publicação dizia: “PLAYBOY é para o público masculino, feminino, LGBTSQ, enfim, para todos que sabem apreciar as melhores coisas da vida” (CATRACALIVRE, 2017).

No Brasil, a homofobia mata um LGBT a cada 25h, o que torna o Brasil o país que mais mata por crime de LGBTfobia, segundo divulgado no relatório “Quem a Homofobia Matou?” do Grupo Gay da Bahia (GGB)⁶. Só no ano passado 343 LGBT, foram mortos tendo a homofobia como principal motivação para os crimes. Destes assassinatos, 173 (50%) eram gays, 144 (42%) eram trans (travestis e transexuais), 10 (3%) lésbicas, 4 (1%) bissexuais, além de 12 heterossexuais que tinham algum envolvimento com as vítimas, parentes ou mesmo que foram confundidos como gays. (GGB, 2016).

2016 foi marcado por dois assassinatos que revoltaram o país: no Metrô de São Paulo no dia do Natal, o vendedor ambulante Luiz Carlos Ruas, foi massacrado até à morte, quando tentava defender um gay e uma travesti perseguidos por dois lutadores marciais; o segundo caso foi o adolescente Itaberly Lozano, 17 anos, espancado, esfaqueado e carbonizado por ordem da própria mãe evangélica. Outros casos de LGBTfobia chocaram pelos requintes de crueldade: o professor universitário Elessandro Milan, 34 anos, de Porto Velho, foi degolado e esquartejado; Wagner Pereira, comerciante de Belém, foi morto com 80 facadas; em Santa Luz, Bahia, dois professores foram encontrados carbonizados dentro do porta malas de um carro; a travesti Brenda foi espancada e jogada de cima de uma alta passarela em Castanhal, Pará; R.S., homem-transexual, 17 anos, foi executado com 17 tiros e teve o corpo arrastado por um carro em Porto Alegre. (GGB,2016)

⁶ Disponível em < <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>> Acesso em 11 abr. 2016.

6.4. A FAMÍLIA, A SOCIEDADE E O JOVEM

A Família tem papel fundamental no desenvolvimento do cidadão. Porém, às vezes, é na Própria família, estruturada pela heteronormatividade e influenciada pelos discursos machistas e de moralidade cristã, que membros homossexuais sofrem as primeiras agressões homofóbicas, sejam elas físicas, verbais ou simbólicas, que por sua vez, podem ser as mais profundas, já que são invisíveis e nem mesmo a vítima reconhece. O discurso dos pais e da religião acerca da sexualidade adquire especial importância na formação do jovem de tal forma que, muitas vezes, além de proibida, a sexualidade também é significada como sendo perigosa (ZIMMERMANN, 1996).

No âmbito familiar, os pais criam grandes expectativas sobre os filhos, baseando-se nas características fixadas como normais atribuídas ao sexo feminino e masculino. Muitas vezes os pais podem ter desejado ter um menino e ter nascido menina ou vice-versa. Esses desejos se manifestam através de memórias no corpo dos filhos que podem desenvolver problemas psicológicos. Para Leloup (2015, p. 21), quando o jovem cresce, surge a consciência familiar, na qual correspondemos à imagem que nossos pais têm e esperam de nós:

É difícil sair das expectativas que nosso pai ou nossa mãe tiveram a nosso respeito. E, algumas vezes, nunca nos tornamos nós mesmos. Continuamos, pelo resto de nossas vidas, fixados a este programa, a este projeto que nossos pais nos deram.

A criança aprende desde cedo como se relacionar com o mundo externo através do aprendizado em família e é de onde tira sua primeira base moral para se relacionar com pessoas fora de seu círculo familiar. O problema ocorre quando a criança incorpora possíveis discursos homofóbicos e acaba levando isto para a escola que é também uma das maiores propulsoras de preconceitos (LOURO, 2007).

Conforme Zimmermann (1998), toda família está inserida em um determinado contexto sócio-familiar e sofre suas influências, de modo que as mesmas são repassadas pelos pais aos filhos. Os adultos passam a intolerância aprendida aos jovens que podem reproduzir seus discursos de ódio. O que muitas vezes se converte na prática do *bullying* nas escolas. O diferente, fora do padrão

heteronormativo, passa a ser o alvo de repetidas agressões, sejam elas verbais ou físicas. Ao crescerem, muitos destes jovens se tornam propagadores de ódio e da violência reproduzindo a homofobia aprendida (LOURO, 2007).

Como aponta Zimmermann (1998), a cultura determina grandes e decisivas mudanças na maneira de surgir, encarar e abordar a homossexualidade. Geralmente, prevalece, por parte do ambiente, uma rejeição dissimulada ou franca contra a homossexualidade nos mesmos moldes persecutórios e humilhatórios que se processam contra todas as formas de minorias sociais. Pode-se dizer que os conflitos dos homossexuais estão mais relacionados com os costumes sociais do que propriamente consigo mesmo (GRAÑA, 1998).

A sensação causada pela homofobia (medo ou aversão a homossexualidade) cumpre a função de empurrar o indivíduo em direção ao sexo oposto, com finalidade reprodutiva. Esta é a razão pela qual o homossexual é tão frequentemente ridicularizado e agredido. Este medo ou ansiedade são tanto maiores quanto a insegurança do indivíduo em relação a sua própria identidade sexual. E isto acaba contaminando a opinião pública, nos seus posicionamentos culturais, religiosos e também científicos. O adolescente tem especial dificuldade neste aspecto, pois pode sentir-se atraído de forma muito livre e física, por um indivíduo do mesmo sexo. E nisto sentirá grande dúvida em relação a sua sexualidade diante de um eventual comportamento homossexual. Gauderer (1996, p.53) acrescenta ainda que:

Frequentemente, a própria cobrança imposta pela sociedade em termos de um comportamento heterossexual dificulta o jovem a assumir, de maneira saudável, a sua sexualidade. É importante despertar na criança e no adolescente a sensação de autoconfiança, escutando-os com paciência, sem tomar atitudes moralistas ou mostrar ideias pré-concebidas.

Com o medo do sofrimento e pressão da sociedade, muitas famílias acabam por rejeitar seus filhos devido a sua condição sexual. O Discurso de ódio afeta o jovem em sua descoberta do corpo e da sexualidade de forma devastadora, gerando patologias, medos, inseguranças e doenças psicológicas, como depressão. Porém, ainda que muitas famílias acabem se opondo a condição sexual de seus filhos, há outras que depois de um longo processo passam a entender e aceitar, o que melhora consideravelmente o psicológico do jovem (CHECHINATTO, 2017).

Para o psicólogo Carlos Temperini (2017), em entrevista⁷ a Equipe de Diversidades da União dos Escoteiros do Brasil – RS, defende que devemos abordar as questões de gênero e as diferentes expressões de sexualidade, para que o adulto possa compreender e preparar o jovem para lidar com a diversidade, visando promover o respeito e tolerância. Há uma demanda do jovem e ainda existem muitas confusões entre os conceitos de gênero e sexualidade. (ESCOTEIROS RS, 2017)

⁷ Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=pbG1KxexhKg&index=4&list=PLw_ykJOjVulja6eG_GMhym4mrOI9fZNO4>. Acesso em 25 abr. 2017.

6.5. A MISSÃO DO DESIGN SOCIAL

O Design Socialmente responsável, diferentemente do design comercial, cuida das necessidades das pessoas. Enquanto o design comercial preocupa-se com a venda e o lucro fazendo com que isto gere produtos inúteis e supérfluos. O design social está totalmente voltado a contribuir para a melhoria da qualidade de vida de determinada comunidade (DESIGNCULTURE, 2017).

Bonsipie (2011) defende que o designer deve ser crítico com relação ao mercado capitalista, que de fato nada contribui com a sociedade, pois trata os seres humanos apenas como meros consumidores no processo de coisificação. Conforme nos diz, o humanismo deve ser atribuído aos projetos para uma demanda maior da sociedade, incluindo aqueles menos favorecidos e marginalizados.

O humanismo projetual seria o exercício das capacidades projetivas para interpretar as necessidades de grupos sociais e elaborar propostas viáveis, emancipatórias, em forma de artefatos instrumentais e artefatos semióticos. Porque emancipatórias? Porque humanismo implica a redução da dominação e no caso do design, atenção também aos excluídos, aos discriminados, <os economicamente menos favorecidos>, ou seja, a maioria da população deste planeta (BONSIPIE, 2011 p. 21).

No entanto ao afirmar isto, Bonsipie (2011), não defende um idealismo ingênuo ou fora da realidade, apenas intenta formar uma consciência crítica frente ao grande desequilíbrio entre os centros de poder e os que são submetidos a eles. Então, a partir desta consciência crítica, espaços alternativos podem ser explorados, não se contentando com a “petrificação das relações sociais”.

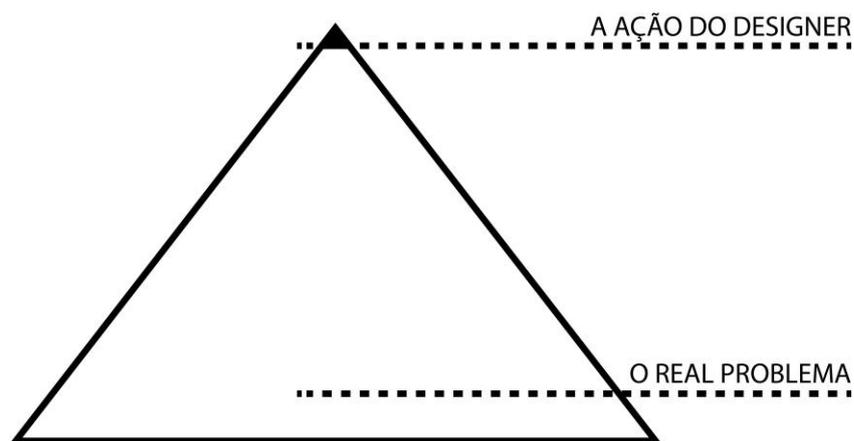
Em seu livro, *Design for the real world*, Victor Papanek (1971), conta um episódio de sua juventude onde desenvolveu um rádio de mesa em seu primeiro emprego. Tratava-se de um desenho de revestimento, um design de cobertura, de aparência. O rádio seria um dos primeiros modelos pequenos e baratos a competir em um mercado pós-guerra. Na ocasião Mr. G., seu cliente, perguntou se havia dado por conta da responsabilidade que tinha ao projetar um rádio para ele. Surpreso, iniciava um discurso sobre a “beleza” e a “satisfação do cliente”, quando foi interrompido. Mr. G. comentou que o projeto seria tudo isto, porém iria muito além, pois implicava diretamente na vida de seus 600 trabalhadores, que seriam empregados para produzi-lo em novo estabelecimento na cidade de *Long Island*. Estes trabalhadores viriam de diversas cidades para iniciar uma nova vida com suas

famílias e logo isto estimularia a abertura de diferentes negócios locais para atender a demanda destes trabalhadores. Porém, em uma suposição, se o rádio não vendesse estes trabalhadores provavelmente, ao terminar o ano, iriam ficar sem emprego, endividados, seus filhos iriam ter que mudar de escolas a menos que os pais arranhassem emprego, os negócios locais iriam falir e tudo isto porque houve um erro de design. E era aí que a sua responsabilidade entraria.

A responsabilidade do designer deve ir muito além destas considerações. Seu julgamento social e moral deve ser colocado em jogo muito antes de começar a desenhar, já que ele tem que fazer um julgamento, um julgamento a priori em que, para saber se os produtos que ele é convidado a projetar ou redesenhar merecem sua atenção em tudo. Em outras palavras, o design vai estar do lado do bem social ou não (PAPANÉK, 1971, p. 66-67).

Papanek (1971) nos fala que os produtos e erros ambientais em nosso planeta, são de total responsabilidade do designer. Analisando a pirâmide a seguir, na figura 4, como um problema, a ação da indústria e seus projetistas, preocupam-se apenas com o topo da pirâmide, enquanto que todo o resto carrega todo um conjunto de necessidades que na maioria das vezes são ignoradas para fins supérfluos e que acabam não resolvendo estas reais demandas.

FIGURA 3 – O PROBLEMA DO DESIGN



Fonte: Elaborado pelo autor⁸

⁸ Baseado nos diagramas de Papanek, utilizados para representação dos reais problemas do Design em seu livro de 1971, *Design for the real world*.

Para Bonsipie (2011), as práticas projetuais se encontram expostas a contradições, como por exemplo, entre a carga ambiental e a satisfação das necessidades. Ainda que o design sustentável seja bem intencionado, pode ter pouco alcance se limitado à natureza e ao consumo de recursos, excluindo o questionamento pela sustentabilidade social.

A contradição mais forte à qual a atividade projetual está exposta jaz na distância entre o que é socialmente desejável, tecnicamente factível, ambientalmente recomendável, economicamente viável e culturalmente defensível. [...] Nos eventos promovidos na mídia, o critério do *fun* parece ocupar a posição dominante e limitar-se à inovação do efêmero. Perguntas pelo sentido não parecem ser formuladas; incomodam o âmbito de festa do mundo belo do design. (BONSIEPE, 2011, p. 29).

Para Victor e Sylvia Margolin (2004), existe uma carência em relação aos processos de desenvolvimento de projetos de cunho social. Em sua proposta de um modelo de design social, o designer trabalharia em conjunto com uma equipe interdisciplinar, buscando abordar todos os aspectos que do contexto da comunidade e ambiente (Aspectos biológicos, psicológicos, culturais, sociais, naturais e físico-espaciais que afetam as atividades humanas) buscando através da prática do trabalho social, compreender as necessidades de populações mais necessitadas ou marginalizadas

Um outro método de pesquisa é a observação participativa. Este método possibilita o ingresso de designers em ambientes sociais, tanto como parte de um grupo multidisciplinar ou individualmente, para observar e documentar as necessidades sociais que podem ser atendidas com a intervenção do design (MARGOLIN; MARGOLIN, 2004).

Pode-se analisar, que o design tem uma grande força transformadora na sociedade, podendo influenciá-la de forma positiva ou negativa. Portanto, cabe ao designer, a fim de entender o ser humano e o contexto de sua comunidade, participar mais de perto, como um assistente social, podendo ou não ter auxílio de outros profissionais (MARGOLIN; MARGOLIN, 2004).

7 METODOLOGIA

7.1. METODOLOGIA CIENTÍFICA

Esta pesquisa é de natureza aplicada e abordagem qualitativa acerca do problema, quanto aos objetivos é descritiva e exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa é bibliográfica e entrevista. Para a revisão bibliográfica os meios de pesquisa foram livros, revistas, sites da internet, páginas de notícias, e documentos que abordam conteúdos interdisciplinares acerca do tema e que formam a base da fundamentação teórica. A pesquisa é também participante e ação, visto que visa contribuir socialmente com a comunidade LGBT, podendo ser inserida em uma determinada organização.

Para coleta de dados, será realizada entrevista direta (LUPTON, 2013) e pesquisa por formulários *online* com o público LGBT, para compreender as suas principais demandas no combate a discriminação. As entrevistas e análises ainda objetivam definir o meio em que o projeto irá se estabelecer e o tipo de produto visual ideal a ser desenvolvido, visando a qualidade das respostas caracterizando a sua abordagem qualitativa. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

7.2. METODOLOGIA PROJETUAL

A Metodologia base escolhida para o desenvolvimento do projeto foi a de Munari (2008). É um método de desenvolvimento gradativo, dividido em 12 fases; problema, definição de problema, componentes do problema, coleta de dados, análise de dados, criatividade, materiais e tecnologias, experimentação, modelo, verificação, desenho de construção, solução. Estas etapas foram categorizadas em quatro macro etapas; 1) compreensão do problema, 2) coleta e análise de dados, 3) definição de produto e desenvolvimento, 4) Solução. Na etapa de coleta e análise de dados ainda poderão ser observados elementos de análise do método de Löbach (2001) e Bonsipie (1984), instruções de entrevista e ferramentas de criatividade, na etapa de desenvolvimento, sugeridas por Ellen Lupton (2013).

Na etapa de compreensão do problema, uma vez que definido, o mesmo é decomposto em seus componentes, a fim de conhecê-lo melhor e colocar em evidência pequenos problemas isolados que se escondem nestes subproblemas.

Munari defende que o problema já contém todos os elementos para a solução e portanto devemos conhecê-los e utilizá-los no projeto. No presente caso, a comunidade LGBT e o design social são definidos como componentes do problema. (MUNARI, 2008).

Na etapa de coleta e análise de dados, a pesquisa bibliográfica realizada para a fundamentação teórica deste trabalho de conclusão, visa a verificação de aspectos sociais, políticos, religiosos e simbólicos para melhor entendimento dos elementos que compõem o problema. Ainda nesta fase será realizada entrevista direta (LUPTON, 2013) com os públicos compreendidos pelo problema e entrevista através de formulários *online* do *Google*⁹, visando o caráter qualitativo. A partir das respostas e dados obtidos, será analisado e definido o tipo de produto visual a ser desenvolvido e que melhor atenderá os objetivos do projeto. Durante a fase de análise de dados, serão utilizados elementos do método de Löbach (2001); “análise da necessidade” que busca verificar quantas pessoas, instituições ou empresas estariam interessadas na solução do problema, e “análise da relação social”, que visa identificar as relações dos prováveis usuários com o produto, as classes sociais que o utilizariam e ainda se a solução será adequada para proporcionar prestígio social ou simbólico (LOBACH, 2001). Também serão realizadas “análise sincrônica” e “análise do produto em relação ao uso, objetivando compreender o universo de opções, pontos em comum, positivos e negativos entre os produtos visuais – sejam gráficos ou audiovisuais - existentes no mercado, direcionados ao combate ao preconceito (BONSIPIE, 1984).

A terceira etapa destina-se a definição de produto e desenvolvimento. Nesta etapa serão utilizadas ferramentas conceituais e criativas, buscando absorver e representar os elementos visuais que irão compor a solução final. Isto será feito através de Mapas mentais, Brainstorm e *Sprinting*, ferramentas de criatividade abordadas por Lupton (2013). Além disso, serão utilizados moodboards para absorção de conceitos e elementos visuais e sketch's para posterior avaliação de formas. A etapa ainda prevê a análise de ferramentas, softwares, tecnologias e materiais que irão auxiliar na fase de experimentação e testes de modelos e protótipos. O final da etapa visa a verificação do modelo final, se ele atende ou não o objetivo do projeto, auxiliar a compreensão da homossexualidade e transgeneridade

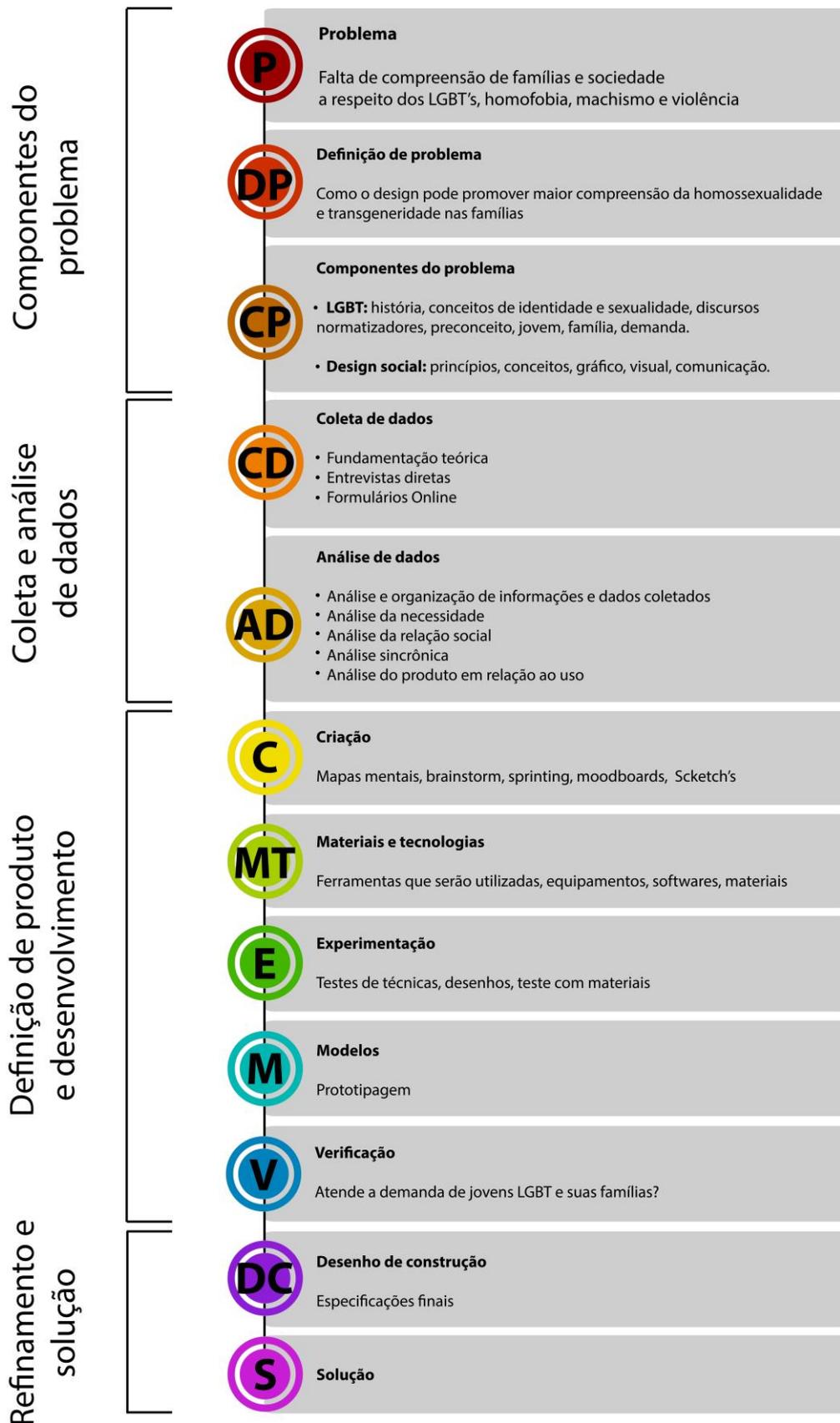
⁹ Ferramentas de formulários do Google. Disponível em <<https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>>. Acesso em 25 jun. 2017.

nas famílias. Esta fase de verificação pede uma apresentação do modelo a um certo número de usuários, com base no julgamento deles pode-se analisar a possibilidade de ajustes para o modelo final (MUNARI, 2008).

É na quarta etapa, destinada ao refinamento, desenho de construção e detalhamento técnico, que a solução final do projeto será apresentada. Nesta etapa todos os requisitos, e informações pertinentes a implementação do produto final devem ficar evidentes (MUNARI, 2008).

A figura 4 demonstra um esquema das etapas definidas pelo autor para a realização da metodologia projetual.

FIGURA 4 – METODOLOGIA DE MUNARI



Fonte: Autor (2017)

REFERÊNCIAS

BBC BRASIL. **A história por trás da bandeira arco-íris, símbolo do orgulho LGBT.** Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-39466677>> Acesso em 22 mai. 2017.

BBC BRASIL. **Campos de concentração para homossexuais a crescente perseguição a gays na Chechênia.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/campos-de-concentracao-para-homossexuais-a-crescente-perseguiacao-a-gays-na-chechenia.ghtml>>. Acesso em 23 mai. 2017.

BBC BRASIL. **Por que a bandeira arco-íris se tornou o símbolo do movimento LGBT?.** Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36558396>>. Acesso em 22 mai. 2017.

BEGUOCI, Leandro. **O Extremismo Evangélico.** Disponível em: <<http://super.abril.com.br/historia/extremismo-evangelico/>> Acesso em 16 mai. 2017.

BONSIPIE, Gui. **Design, Cultura e Sociedade.** 1 Ed. São Paulo, SP: Editora Edgard Blucher Ltda., 2011.

BONSIEPE, Gui et al. **Metodologia experimental: desenho industrial.** Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1984.

CATRACALIVRE. **Playboy reage à transfobia contra Pablo Vittar de forma lacradora.** Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/playboy-reage-transfobia-contra-pablo-vittar-de-forma-lacradora/>>. Acesso em 22 mai. 2017.

CHECHINATTO, Solange Darui. **Pais com filho(a) homossexual: e agora, como lidar?.** Disponível em: <<https://psicologado.com/psicologia-geral/sexualidade/pais-com-filho-a-homossexual-e-agora-como-lidar-com-isso>>. Acesso em 27 mai 2017.

DESIGN CULTURE. **Por que design Social?.** Disponível em: <<https://designculture.com.br/por-que-design-social-2/>>. Acesso em 27 mai. 2017

DE YOUNG, Kevin. **O Que a Bíblia ensina sobre a Homossexualidade.** [Tradução: Francisco Wellington Ferreira] 1 Ed. São José dos Campos, SP: Fiel, 2015.

EXAMEDAOAB. **Entenda o projeto da cura gay.** Disponível em: <https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/376191509/entenda-o-projeto-da-cura-gay?ref=topic_feed>. Acesso em 16 mai. 2017

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta de LGBT no Brasil.** Disponível em: <<http://pre.univesp.br/historico-da-luta-lgbt-no-brasil#.WSrwluyyUI>> Acesso em 22 mai. 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade – I A vontade de saber.** Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1988.

FURLANI, Jimena. **Ideologia de Gênero – Parte 1/6 – Quem Criou e porque criou?**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5ro1O10I0v8>>. Acesso em 22 abr. 2017.

GAUDERER, E. Christian. **Sexo e Sexualidade da criança e do Adolescente**. 1. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Record: Rosa dos Tempos, 1996.

GRAÑA, Roberto B.. **Homossexualidade: Formulações Psicanalíticas Atuais**. 1. Ed. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1998.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Quem a Homofobia Matou?**. Disponível em <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>> Acesso em 11 abr. 2016.

LELOUP, Jean-Yves. **O corpo e seus símbolos: uma antropologia essencial**. 23 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LEUTWYLER, Henry. **Questão de Gênero**. National Geographic Brasil. Edição Especial: A Revolução do Gênero – Novas identidades e comportamentos mudam a cara dos jovens do século 21. Jan 2017.

LÖBACH, Bernd. **Design Industrial – Bases para a configuração dos produtos industriais**. São Paulo, SP: Bluncher, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. 2 Ed. 3 reimp. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2007.

LUPTON, Ellen. **Intuição, ação, criação: graphic design thinking**. São Paulo, SP : Editora G. Gil, 2013.

MALAFAIA, Pr. Silas. **Pr. Silas Critica Propaganda Homossexual - "O BOTICÁRIO"**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Hzyt52Y59hM>>; Acesso em 18 mai. 2017.

MARTINS, Yago. **Yago Martins - Casamento, Casamento Gay, Família e Agigantamento do Estado (Marriage, Gay..)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MPbUO2cY1B0> >. Acesso em 25 abr. 2017.

MARGOLIN, Victor; MARGOLIN, Sylvia. **Um Modelo Social de Design: questões de prática e pesquisa**. Revista Design em Foco, vol. I, núm. 1, julho-dezembro, 2004, pp. 43-48.

MUNARI, Bruno. **Das coisas nascem coisas**. 2 Ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

O BOTICÁRIO. **O Boticário – dia dos namorados 2015**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hAILEv4GYj4>>; Acesso em 18 mai. 2017

PAPANEK, Victor. **Design for the real world: human ecology and social change.** New York: Pantheon Book, 1971.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Humberto; LIMA Cláudia de Castro. **Vale Tudo: Homossexualidade na antiguidade.** Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/vale-tudo-homossexualidade-na-antiguidade/>> Acesso em 18 mai. 2017.

RIOS, Roger Raupp. **A Homossexualidade no Direito.** 1. Ed. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado: Esmafe, 2001.

SIMÕES, Assis Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do Arco-Íris: Do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, 196 p.

ESCOTEIROS RS. **Carlos Temperini - Falando sobre sexualidade com os jovens.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pbG1KxexhKg&index=4&list=PLw_ykJOjVulja6eG_GMhym4mrOI9fZNO4>. Acesso em 25 abr. 2017.

WELLE, Deutsche. **Chechênia detém 100 homens e mata 3 por 'suspeita de homossexualidade' diz jornal.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/chechenia-detem-100-gays-e-mata-tres-deles-diz-jornal-russo.ghtml>>. Acesso em 19 mai. 2017.

NORMAS PARA REDAÇÃO E FORMATAÇÃO DO TRABALHO

A redação do Trabalho de Conclusão deverá estar baseada nas normas da ABNT e de acordo com a seguinte bibliografia:

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009. 288 p.